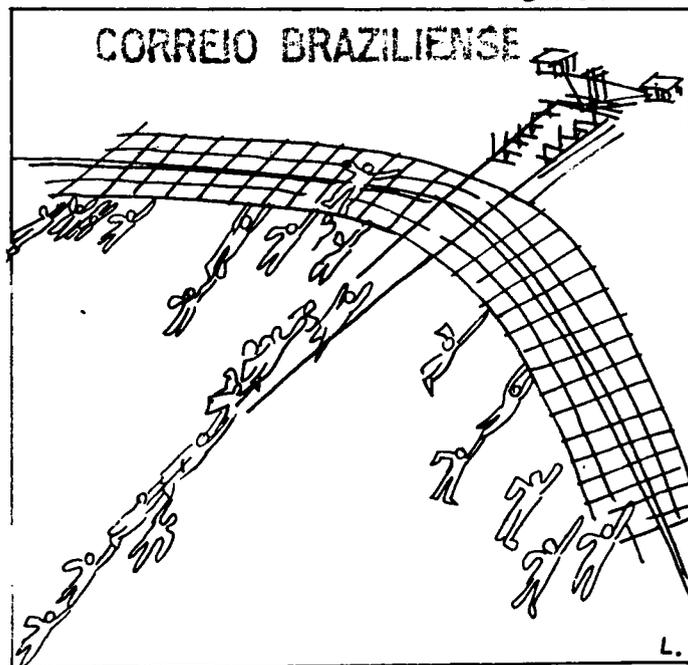


O destino de Brasília

PEDRO DO COUTTO - 3 NOV 1986



Ao falar no simpósio Brasília, Realidade e Destino, recentemente realizado, o governador José Aparecido colocou em relevo os principais problemas da capital do País, com ele fazendo de fato uma síntese clara e objetiva do grande drama das maiores cidades brasileiras. Uma cidade projetada para ter quinhentos mil habitantes no final do século e que agora, em 1986, já possui 1 milhão e 700 mil, demonstra nitidamente a dimensão das dificuldades que sua administração encontra pela frente. Brasília, no fundo, enfrenta os obstáculos criados pelo seu próprio crescimento, por sua importância política, por sua força como pólo de atração. Era, na concepção original, para ser uma cidade tipo Washington, uma capital administrativa, uma cidade organizada e contida em limites que, na verdade, só existiram no papel. Não se trata de atribuir culpa, por isso, a Oscar Niemeyer ou a Lúcio Costa, mas reconhecer a extrema dificuldade de os planejamentos darem certo. Não dão. Geralmente são fortemente contestados pela realidade dos dias e das noites.

O governador José Aparecido, que é um dos grandes humanistas deste País, há de sentir-se ansioso, talvez angustiado, por não poder, como deseja, humanizar em alto grau uma cidade que, como tantas outras do Brasil, passou a ser dominada por flagrantes injustiças sociais. O caso do Rio de Janeiro é um exemplo de explosão demográfica e de avassalador crescimento de problemas urbanos com reflexos diretos sobre toda a sociedade carioca e fluminense. Um grande centro urbano, hoje com mais de seis milhões de habitantes, possui um terço de sua população subabitando em favelas e cortiços imundos, sem condições sanitárias ade-

quadas. As favelas do Rio são, hoje, em total de habitantes, a terceira cidade brasileira, só suplantada por São Paulo e o próprio Rio de Janeiro.

Os problemas urbanos se avolumaram, e por que aconteceram? Faltou uma política habitacional efetiva a partir de 64. Basta dizer que o BNH, em mais de vinte anos, contratou apenas a construção de quatro milhões de moradias, quando há necessidade, atualmente, de se entregar seiscentas mil casas por ano, para que o déficit de habitação não se agrave. É fácil fazer as contas. Nasceram, no País, cerca de três milhões de pessoas por ano. A média de pessoas por unidade residencial é de cinco. Está aí: seiscentas mil casas é o mínimo para atender à demanda, acen-tuadamente elástica, pela falta de um planejamento familiar, entre outras causas. O Brasil, hoje, tem um déficit de moradias superior a sete milhões de habita-

ções.

Não se investiu suficientemente na habitação. Não se investiu no saneamento. Não se investiu o adequado no abastecimento de água. Não se aplicou recursos na implantação de redes de esgotos. Se o déficit público (financeiro) é imenso, o déficit social, ou a dívida social, como define o professor Hélio Jaguaribe, é ainda maior. Não se fez a reforma agrária, apesar de a lei do Estatuto da Terra ter entrado em vigor a novembro de 64, ainda no governo Castello Branco. Ficou no papel, um drama brasileiro esse, das coisas ficarem no papel. Outra situação dramática a de, no Brasil, as ações não responderem às palavras. Enfim, as causas são muitas. E as conseqüências apontadas diretamente pelo governador José Aparecido, vibrando no ar e aguardando uma solução. Solução que não depende apenas do governo de Brasília. Mas da própria consciência nacional e do Governo Federal.

As cidades brasileiras — como disse Aparecido — não possuem recursos. Arrecadam muito pouco. Do ICM que vem da comercialização de produtos em suas áreas, ficam com apenas vinte por cento, pois oitenta por cento vão para os estados. E o ICM, hoje, incide em dezesseite por cento sobre o movimento de compras e vendas. Com isso, fortaleceu-se o centralismo, aquele que Aparecido aponta como fruto do autoritarismo do regime de 64, e o déficit urbano e social foi-se agravando, até atingir, agora, um ponto já insuportável de ruptura. O aumento dos índices de criminalidade, em grande parte, vem das condições hostis do meio ambiente. Das favelas, dos cortiços, dos becos e das sarjetas, onde vivem parcelas muito grandes da população.

A industrialização brasileira, um dos meios de se enfrentar a miséria e a favelização, foi contida no governo Figueiredo, em conseqüência de uma política econômica recessiva e terrivelmente injusta no plano social. O mercado de empregos caiu sete por cento, enquanto a população subia à taxa de três por cento ao ano. A importância maior das palavras de Aparecido no simpósio sobre o Destino de Brasília foi exatamente esta: acentuar que chegou finalmente o ponto de ruptura entre a sociedade urbana e as condições que envolvem — e sufocam — os grandes centros brasileiros. Como é o caso de Brasília, cidade-síntese do futuro, capital da Esperança, como a definiu Malraux. Mas que está submergindo em meio a uma situação que exige maciços e imediatos investimentos, públicos e privados, para que se possa devolver, a ela o sentido que teve o seu nascimento: uma nova alvorada para o País e para o seu povo.